

O que a indústria de máquinas e equipamentos quer que o novo governo saiba

João Marchesan (*)

Para gerar emprego e renda, o Brasil precisa retomar o crescimento econômico

Como concordam dez em dez economistas o investimento de hoje é o crescimento de amanhã. Impostos menores sobre o sistema produtivo, um sistema tributário simples, juros compatíveis com o retorno das indústrias e um câmbio que garanta a competitividade dos produtos brasileiros são essenciais para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico. É disto que o Brasil precisa!

E é isto que consta na abertura de um documento que preparamos para ser entregue a todos os presidentes, para que todos eles tenham a oportunidade de conhecer e entender as premissas básicas que consideramos imprescindíveis para o que o país retome o caminho do desenvolvimento. Batizado de "Cartilha aos presidentes", nosso trabalho apresenta a agenda proposta pela ABIMAQ para a retomada do crescimento econômico.

Sua elaboração foi motivada pela necessidade de sensibilizar os candidatos à Presidência da República sobre os instrumentos efetivos para alcançar e manter um crescimento sustentado, tão almejado pela nação que ainda está se recuperando de uma das piores crises da sua história. Os grandes players mundiais têm, cada um, um projeto de país e sua agenda macroeconômica visa obter e manter um crescimento sustentado.

No Brasil, a estratégia não pode ser diferente. É necessário que o país se empenhe em ter uma indústria de transformação robusta, diversificada e competitiva capaz de se destacar no cenário internacional, que, assim como ocorreu em muitas nações hoje desenvolvidas, garanta à sociedade brasileira desenvolvimento tecnológico, empregos de qualidade e renda digna.

Sabemos que apesar de estar saindo de uma das mais profundas crises da sua história, o Brasil ainda tem grandes desafios porque convive com elevada dívida pública que o levou ao rebaixamento no ranking de bom pagador internacional, elevados juros de mercado, câmbio instável, baixo nível de investimento privado, ausência de investimento público.

Ainda assim, o próximo governo tem que ter a clara noção de que o aumento da desigualdade social e da violência, a polarização da sociedade, o alto desemprego e o crescente desalento de nossa juventude não podem ser enfrentados sem a retomada do crescimento sustentado, essencial inclusive para o equilíbrio das contas públicas.

É preciso, portanto, que o novo governo tome medidas urgentes no sentido de se organizar de forma a permitir o crescimento sustentado da

economia de modo que a reversão da desindustrialização garanta emprego e renda para o cidadão. Para isso são necessárias ações que garantam a isonomia competitiva do setor produtivo, proporcionando ampliação de sua participação no mercado doméstico e internacional.

Elencamos ainda ações necessárias que tirem o país dentre aqueles com alto grau de riscos de investimento. O ambiente institucional brasileiro reduz a eficiência de nossa economia por ser desfavorável ao empreendedorismo e à produção.

De fato, a política macro brasileira, há mais de três décadas, e salvo pequenos intervalos, tem se mantido hostil ao investimento produtivo. Para melhorar este ambiente, condição necessária para retomarmos um crescimento sustentado a taxas iguais ou maiores da média mundial, é necessária a adoção das reformas estruturais: Tributária, Fiscal, da Previdência, Monetária e Cambial, além de ser prioritária a criação de uma política industrial condizente com a indústria brasileira de bens de capital mecânicos, que é o setor responsável pela difusão tecnológica em toda a cadeia produtiva, e que tem papel preponderante no aumento da produtividade nos setores agrícolas, de serviço e industrial.

É composta por cerca de 7.500 empresas, que pagam, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), um salário médio anual 40% acima do salário médio da economia e 30% acima ao salário médio pago na indústria de transformação para quase 300 mil funcionários empregados diretamente, além de ser responsável por outros mais de dois milhões de empregos mantidos nos setores que são induzidos pela sua demanda.

Juntas, as empresas de máquinas e equipamentos chegaram a faturar mais de R\$ 120 bilhões em 2012, dos quais US\$ 11 bilhões (ou R\$ 21 bilhões) foram exportados, caindo, no ano passado, para quase R\$ 70 bilhões, dos quais R\$ 40 bilhões se destinaram ao mercado interno e US\$ 9 bilhões (ou R\$ 30 bilhões) à exportação.

Seus produtos estão presentes em praticamente todos os setores da economia e, portanto, tem um efeito multiplicador muito importante para o país. A cada R\$ 1 de demanda adicional de máquinas e equipamentos no Brasil, são gerados R\$ 3,3 de produção no País, ou seja, para a demanda de R\$ 70 bilhões em máquinas realizada em 2017 foram gerados na economia R\$ 233 bilhões de produção.

Precisamos que o novo governo tenha atenção para o nosso setor como propulsor de um novo tempo. Estamos trabalhando para isso.

(*) - É administrador de empresas, empresário e presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas.

O acesso de advogados a processos eletrônicos

Tramita na Senado o projeto que assegura aos advogados o acesso e a cópia de atos e documentos de processos judiciais eletrônicos, mesmo sem procuração. O texto, do deputado Wadil Damous (PT-RJ), aguarda a designação de um relator na Comissão de Constituição e Justiça. De acordo com o projeto, o exame dos autos pode ocorrer em qualquer fase da tramitação.

Mas o texto prevê uma exceção: no caso de processos em sigilo ou segredo de justiça, o acesso é limitado aos advogados constituídos pelas partes. Também prevê como direito do advogado examinar sem procuração procedimentos em qualquer órgão dos Poderes

Judiciário e Legislativo ou da Administração Pública em geral. Os profissionais podem obter cópias das peças e tomar apontamentos. A regra vale para processos eletrônicos concluídos ou em andamento.

O texto estabelece ainda que os documentos digitalizados em autos eletrônicos estão disponíveis para acesso por meio de uma rede externa. O sistema de informação deve permitir que advogados, procuradores e membros do Ministério Público cadastrados acessem automaticamente todos as peças armazenadas em meio eletrônico, mesmo que não estejam vinculados ao processo específico (Ag.Senado).

Mais de 90% dos deputados tentarão a reeleição em outubro

Levantamento preliminar do Diap aponta que um número recorde de deputados federais pretende concorrer à reeleição. Dos 513 deputados, mais de 90% tentarão a recondução ao cargo

A expectativa é que o número de candidatos à reeleição seja de 410, no mínimo, e de 480, no máximo. A pesquisa indica que 33 deputados já decidiram não se recandidatar - sendo 21 (4,09%) por desistência e 13 (2,53%) porque resolveram disputar outros cargos. Outros 70 parlamentares (13,65%) admitem concorrer ao Senado, a presidente da República, a governador e vice-governador ou a deputado estadual, dependendo de composições locais.

As mudanças na legislação eleitoral com a criação do fundo eleitoral e a janela partidária (período no qual se permite a troca de partido entre os parlamentares) também deram aos parlamentares que hoje estão no mandato a possibilidade de negociar dentro dos partidos. Dessa forma, deputados federais puderam negociar melhores condições de recursos nas campanhas e prioridade no horário eleitoral.

Recordista no número de mandatos como deputado federal pelo Piauí, Paes Landim (PTB) exerce o cargo desde 1987. Aos 81 anos, o parla-



Nas eleições de 2014, 387 deputados disputaram o retorno à Câmara, sendo que 273 (70,54%) voltaram ao posto.

mentar disputará uma vaga pela nona vez consecutiva. "É uma dificuldade imensa fazer campanha no Nordeste com as limitações de financiamento. Quem tem muito dinheiro certamente terá vantagem nessas eleições, até porque não há uma fiscalização adequada. A luta é difícil, mas não posso largar a política", disse, ao confirmar que disputará mais uma vez a vaga para Câmara. Desde 1971 na Câmara,

Miro Teixeira (Rede-RJ) é o deputado mais antigo em exercício. Ao todo, são 11 mandatos ocupando uma vaga na Casa. Nas próximas eleições, no entanto, o parlamentar deixará a disputa pela reeleição e tentará uma vaga no Senado. Chegou a anunciar a disputa pelo governo do Rio de Janeiro, mas voltou atrás e decidiu apoiar a chapa que deve lançar o senador Romário (Podemos) ao cargo.

Segundo o levantamento, considerando as últimas sete eleições gerais, foi registrada a média de 408 deputados que tentaram a reeleição. O maior índice é de 1998, quando 443 deputados tentaram a reeleição. Desses, 228 foram reeleitos - o correspondente a 65,01%. Nas eleições de 2014, 387 deputados disputaram o retorno à Câmara, sendo que 273 voltaram ao posto, representando um índice de 70,54% de reeleição (ABR).

Tomadas para carregadores de celular em transporte coletivo

Proposta em análise na Câmara acrescenta, como diretriz da Política Nacional de Mobilidade Urbana, o incentivo à instalação de pontos de conexão USB e tomadas para carregadores de celular nos veículos utilizados para o transporte de passageiros. A medida está prevista no projeto do deputado Roberto Sales (DEM-RJ).

"A efetiva colocação das tomadas deverá ser definida e detalhada pelos órgãos delegantes do serviço", afirma Sales. "A intenção é promover a colocação de conexões USB e tomadas para carregadores de celular e notebook, no maior número de veículos do nosso sistema de transporte", completou. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Desenvolvimento Urbano e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Hospitais particulares poderão administrar soros anti-peçonhentos

Tramita na Câmara proposta do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PV-SP) que permite que hospitais particulares administrem soros anti-peçonhentos. O projeto altera o Programa Nacional de Imunizações que estabelece que as unidades públicas sejam encarregadas de oferecer os soros para acidentes com serpentes, aranhas e lagartas além dos escorpiões.

De acordo com Thame, as mortes com animais peçonhentos, em especial com escorpiões, tem aumentado principalmente pela demora do diagnóstico e pela falta de acesso ao soro específico em tempo hábil. "A administração tardia do soro é um fator determinante para o óbito. O ideal é que, nos casos em que for indicada, ela seja imediata, ou no máximo dentro da primeira hora após o acidente. A partir de três horas, a letalidade se



Thame: somente a rede pública não consegue dar atendimento satisfatório a todos os casos.

torna muito alta", afirma.

Em 2016 foram notificados mais de noventa mil acidentes com quase 150 mortes. "Está claro que somente a rede pública não consegue dar atendimento satisfatório a todos os casos. Em crianças pequenas, o efeito do veneno se reveste de maior gravidade

e pode haver dificuldade em estabelecer o diagnóstico em virtude da pouca habilidade de informarem problemas como picadas de escorpião", explicou. O projeto, que tramita conclusivamente, será analisado pelas comissões de Seguridade Social; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Cármem Lúcia: inaceitável descumprir decisões judiciais

Ao abrir ontem (1º) os trabalhos do segundo semestre do Judiciário, a presidente do STF, ministra Cármem Lúcia, disse esperar prudência dos demais ministros em suas decisões e afirmou ser inaceitável que decisões judiciais sejam descumpridas.

"Neste tempo de grandes preocupações, de dificuldades, mas também de possibilidades, desejo que nós todos, como cidadãos, como juízes, sejamos cada vez mais, como temos sido e nos encaminhamos, responsáveis em nossas competências com o Brasil, prudentes cada vez mais em nossas decisões e comprometidos entre nós com o país", disse ela na sessão de abertura do semestre. E acrescentou ser "absolutamente inaceitável qualquer forma de descumprimento ou desavença com o que a Justiça venha a determinar".

O STF retoma os julgamen-



Presidente do STF, ministra Cármem Lúcia.

tos, no que serão os últimos 40 dias da gestão de Cármem Lúcia como presidente do Supremo. Ela será sucedida pelo ministro Dias Toffoli, que assume em 12 setembro. Nas últimas sessões em que foi responsável pela agenda de julgamentos, Cármem pautou temas de cunho social, como um recurso para

garantir a um transexual o direito de mudar o nome no registro de nascimento sem a necessidade de cirurgia de mudança de sexo; e a definição sobre a idade mínima em que crianças podem ser matriculadas no ensino fundamental nas escolas públicas e particulares (ABR).

Partido governista vence eleições no Zimbábue

O partido governista do Zimbábue, o União Nacional Africana do Zimbábue-Frente Patriótica (Zanu-PF), foi declarado ontem (1) vencedor das eleições legislativas locais, conquistando a maioria dos assentos do Parlamento. A confirmação foi dada pela Comissão Eleitoral, mas o nome do novo presidente do Zimbábue será divulgado até 4 de agosto. Provavelmente, será Emmerson Mnangagwa, atual mandatário interino e ex-braço-direito do ex-líder Robert Mugabe, que ficou 40 anos no poder em meio a escândalos de corrupção e abusos. O Zanu-PF ficará com 109 cadeiras, contra 41 do principal partido da oposição,

o Mudança Democrática (MDC), na Assembleia Nacional, que conta com um total de 210 lugares.

Apesar disso, o MDC também chegou a celebrar vitória e a anunciar Nelson Chamisa como possível novo presidente do país. O movimento convocou protestos contra o resultado oficial divulgado pela Comissão Eleitoral. As eleições ocorreram na segunda-feira passada (30) e foram as primeiras sem Mugabe. Chamisa denunciou uma série de irregularidades na votação, como tentativas de atrasar o pleito e manipulação política por parte do governo (ANSA).

Limitação a atendimento de urgência por plano ambulatorial

Tramita na Câmara o projeto que suspende um artigo da Resolução 13/98, do Conselho de Saúde Suplementar (Consu), que determina que o atendimento de urgência e emergência por plano ou seguro de natureza ambulatorial será coberto por até 12 horas. Acima disso, o usuário tem que pagar pela consulta. O Congresso pode suspender a execução de atos que extrapolam o poder regulamentar do governo.

O projeto foi apresentado pelo deputado Celso Russomanno (PRB-SP). O Consu é um órgão do governo, presidido pelo Ministro da Justiça, que fixa diretrizes gerais para o funcionamento e a fiscalização das empresas de planos de saúde. Para ele, o artigo da resolução do Consu restringiu o direito do consumidor "por mera norma regulamentadora". Ele lembra que a lei que disciplina os planos privados de saúde não prevê a limitação de horário de atendimento para os planos mais simples.

"A medida afronta amplo entendimento judicial no sentido de que casos de urgência e emergência devem ser atendidos sem limite de prazo, pois são imprevisíveis para o consumidor", disse o deputado. Antes de ir ao Plenário da Câmara, o projeto será analisado pelas comissões de Seguridade Social; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).